

Brasil ao Cubo S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Brasil ao Cubo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brasil ao Cubo S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Aceitamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/E-6


Epersony Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1

BRASIL AO CUBO S.A.			
Balanço patrimonial			
Exercícios findos em 31 de dezembro			
(Valores expressos em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.394	91.866
Contas a receber de clientes	6	81.565	97.176
Outras contas a receber	9	12.179	33.577
Impostos a recuperar	7	1.844	965
Estoque	8	1.957	5.534
Estoque de imóveis a comercializar	7	38.857	1.750
Despesas antecipadas		504	310
Total de Circulante		194.307	231.198
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	5	5.486	-
Contas a receber de clientes	6	1.564	1.573
Impostos a recuperar		196	207
Partes relacionadas	10	25	199.304
Tributos diferidos		183	124
Investimentos	11	3.499	1.741
Direito de uso de ativos	12	19.778	15.999
Intangível		274	327
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		30.585	219.975
TOTAL DO ATIVO		224.892	451.173
Passivo e Patrimônio Líquido			
CIRCULANTE			
Forneceadores	13	9.942	15.863
Arrendamento a pagar	11	495	324
Obrigações sociais e trabalhistas	14	4.773	8.946
Tributos tributários	15	1.103	2.440
Adiantamento de clientes	16	51.982	42.410
Outras obrigações		234	6.899
Dividendos a pagar		-	8.304
Total de Circulante		68.529	85.786
NÃO CIRCULANTE			
Forneceadores	13	4.195	202.430
Partes relacionadas	2	10	2
Arrendamento a pagar	11	3.191	1.519
Tributos diferidos		533	550
Total de Não Circulante		7.921	203.999
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18	123.371	123.371
Reserva de lucros		20.546	39.397
Total do Patrimônio Líquido		143.917	162.768
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		224.892	451.173

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL AO CUBO S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	19	224.860	363.516
(-) Custo dos serviços prestados	20	(223.708)	(317.270)
Lucro bruto		1.152	46.246
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas comerciais	21	(1.044)	(644)
Despesas gerais e administrativas	21	(12.100)	(13.185)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido	22	(10.446)	4.493
Resultado antes da receita e despesa financeira		(22.438)	36.910
Receitas financeiras			
Receitas financeiras	23	9.096	17.055
Despesas financeiras	23	(1.011)	(536)
Resultado antes dos impostos		(14.353)	53.429
Impostos sobre o lucro	24	-	(14.947)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(14.353)	38.482
Resultado por ação do capital ao final do exercício - R\$			
		(1,11)	2,99
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

BRASIL AO CUBO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(14.353)	38.482
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(14.353)	38.482

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL AO CUBO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

RESERVA DE LUCROS					
	Capital social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva para orçamento de capital	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2022	80	16	64	28.133	-
Pagamento de dividendos adicionais ano anterior	-	-	-	(9.981)	(9.981)
Integralização de capital	123.291	-	-	-	123.291
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.482
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(9.013)
Provisão de dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(126)
Provisão de dividendos adicionais	-	-	-	-	(8.178)
Constituição de reserva legal	-	1.924	-	-	(1.924)
Constituição de reserva Estatutária	-	-	19.241	-	(19.241)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	123.371	1.940	19.305	18.152	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(14.353)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	14.353
Saldos em 31 de dezembro de 2024	123.371	1.940	19.305	3.799	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASIL AO CUBO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(14.353)	38.482
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4.519	3.399
Prejuízo na alienação ativo imobilizado	608	161
Impostos diferidos	(42)	177
Impostos provisionados	-	14.947
Juros provisionados	-	91
Juros de arrendamentos provisionados	403	277
Lucro (prejuízo) ajustado	(8.865)	57.534

Variação de ativos e passivos

Redução/(aumento) dos contas a receber de clientes	16.020	(21.880)
Redução/(aumento) de outras contas a receber	21.398	(15.899)
Redução/(aumento) dos impostos a recuperar	(868)	(228)
Redução/(aumento) de estoques	(40.530)	408
Redução/(aumento) das despesas antecipadas	(194)	512
Aumento/(redução) de fornecedores	(1.726)	3.169
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas e sociais	(4.173)	2.542
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	(1.076)	(551)
Aumento/(redução) de adiantamentos recebidos	9.572	(5.345)
Aumento/(redução) de outras contas a pagar	(6.665)	5.096
	(17.107)	25.358

Pagamento de impostos	(261)	(17.987)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	(10)
Pagamento de juros de arrendamento	(403)	(277)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(17.771)	7.084

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Aquisição de imobilizado e investimentos	(8.179)	(12.512)
Alienação de imobilizado	111	472
Partes relacionadas - Aporte Consórcios	193.091	(145.822)
Aplicações financeiras	(5.486)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	179.537	(157.862)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(8.304)	(19.013)
Integralização de capital social recebido	-	64.000
Partes relacionadas - Resgate Consórcios	(194.215)	141.287
Pagamento de imposto de renda e contribuição social na quitação do mútuo	-	(974)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(900)
Pagamento de arrendamento mercantil	(719)	(612)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(203.238)	183.788

(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(41.472)	33.010
--	----------	--------

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	91.866	58.856
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50.394	91.866

(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(41.472)	33.010
--	----------	--------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BRASIL AO CUBO S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo iniciado suas atividades em 10 de maio de 2013, sediada no município de Tubarão no estado de Santa Catarina, Brasil.

A Companhia trabalha em duas “verticais” de negócios, sendo a primeira direcionada às Obras de Construção Civil convencional, com time especializado em grandes e complexas obras industriais, especialmente com prazos desafiadores. A outra “vertical” atua com a inovação da Construção Modular, que utiliza como diferencial a produção, em linha de montagem, dos módulos. O principal destino dos módulos produzidos é para aplicação em obras de Incorporações Imobiliárias.

1.1. Participação em Consórcios

Em 2024 a Companhia encerrou a participação de 3 (três) Consórcios no segmento de grandes obras de infraestrutura em função da finalização das obras, sendo eles: Consórcio CTCBR3 - STS14 (Bracell), Consórcio BRI9 Santos 2 (Eldorado) e Consórcio CTCBR3 Cerrado. Permanece ainda vigente o Consórcio CTCBR3 Itaquí, onde a Companhia participa na proporção de 50%.

A estrutura de administração desses empreendimentos e a gestão de caixa são centralizadas no consórcio, que monitora o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o consórcio tem a responsabilidade de assegurar que as aplicações de recursos necessários sejam feitas e alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos do consórcio estão refletidas nos saldos de ativo e passivo, respeitados os respectivos percentuais de participação, os quais não estão sujeitos à atualização ou encargos financeiros, e não possuem vencimento predeterminado. Os ativos, passivos, receitas, custos e despesas decorrentes das operações são reconhecidos nas demonstrações contábeis na proporção das participações da Companhia, de acordo com a prática contábil das operações em conjunto (*joint operations*) CPC 19 (R2) e IN RFB 1199/2011. As políticas contábeis dos consórcios estão em linha com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

As mesmas também foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com os CPC’s requer o uso de certas estimativas e premissas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas estimativas e premissas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.

As Demonstrações Contábeis da Brasil ao Cubo S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2025.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nestas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa, equivalentes de caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates) acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço com base no regime de competência. As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata são consideradas como caixa e equivalentes.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e imóveis e pela execução dos serviços de construção prestados no curso normal das atividades da Companhia. Caso o montante dos contratos de construção recebidos seja superior ao das contas a receber é constituído adiantamento de clientes. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado, com base na taxa de juros efetiva. As perdas estimadas no recebimento de créditos são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.4. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em

elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, insumos, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de matérias-primas e insumos.

3.5. Estoque de imóveis a comercializar

Na atividade de incorporação imobiliária, o custo dos imóveis a comercializar é reconhecido pela aplicação dos gastos, que compreendem os custos para aquisição do terreno, gastos necessários para aprovação do empreendimento com as autoridades governamentais, gastos com incorporação, gastos de construção relacionados com materiais e mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, compreendendo também o custo financeiro incorrido durante o exercício de construção, até a finalização da obra. Quando da venda de unidades imobiliárias que estão em construção, o custo é apropriado ao resultado conforme o percentual de evolução da obra “POC” (custo incorrido em relação ao custo orçado). No saldo de estoque de imóveis a comercializar estão contidos também as unidades imobiliárias concluídas que ainda não foram vendidas.

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.safeweb.com.br/porta/Validador?publicID=77eea01b-0604-b3dc-5484a48d3915



3.6. Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e recebíveis.

3.6.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo, seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio de resultado.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Caixa e equivalente de caixa
- Contas a receber de clientes
- Partes relacionadas
- Outros ativos

Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados no resultado.

3.6.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

3.6.3 Mensuração

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

3.6.4 Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

3.7. Passivos Financeiros

3.7.1 Reconhecimento

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia classifica os seguintes passivos financeiros ao custo amortizado:

- Fornecedores,
- Empréstimos e financiamento,
- Outros passivos.

3.7.2 Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.8. Regime de reconhecimento da receita e base de mensuração

O critério adotado para o reconhecimento/apropriação dos ativos e passivos, das receitas e despesas e/ou custos é o regime de competência.

3.8.1 Prestação de serviços, revenda de materiais e incorporação imobiliária

A receita compreende a contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (II) é evidenciável que benefícios econômicos futuros fluam para a sociedade; (III) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da sociedade.

A receita de prestação de serviços de construção é reconhecida com base no estágio de execução dos serviços prestados ao final do período de referência, utilizando-se como base os relatórios de medições.

A receita de revenda de materiais é reconhecida quando a Companhia vende um produto ao cliente, que assume o controle do produto na mesma data em que a transação ocorre.

As receitas de vendas de incorporação imobiliária, são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos.

As quitações são realizadas em dinheiro, por meio de transações bancárias ou outra forma de pagamento.

3.8.2 Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na Rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

3.9. Impostos

3.9.1 Impostos correntes

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia foi tributada segundo o regime do lucro real

A alíquota do imposto de renda é de 15% sobre a base de lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, para a parcela excedente a R\$ 240, conforme determina a legislação vigente. A alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%.

Os recolhimentos dos tributos federais, se deram pelo regime de competência.

3.9.2 Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.9.3 Impostos sobre prestação de serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Sigla	Tributo	Alíquota (%)
PIS cumulativo	Programa de Integração Social	0,65
COFINS cumulativo	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00
PIS não-cumulativo	Programa de Integração Social	1,65
COFINS não- cumulativo	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
PIS s/ receitas financeiras	Programa de Integração Social	0,65
COFINS s/ receitas financeiras	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4,00
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00 a 5,00

O ISSQN, incidente sobre os serviços de construção civil, com base na Lei Complementar 116/03 deve ser recolhido para o município onde está sendo executada a obra. Os valores devem ser retidos pela Companhia tomadora do serviço.

3.9.4 Regime especial de tributação - RET

Conforme facultado pela legislação, as incorporações de alguns empreendimentos estão submetidas ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens, direitos e obrigações a ela vinculados, estão apartados do patrimônio do incorporador e constituem patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. A Companhia efetuou a opção irrevogável pelo “Regime Especial de Tributação - RET”, segundo o qual, PIS, COFINS, Contribuição Social e o Imposto de Renda são calculados à razão de 4% sobre a receita bruta.

3.10. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

A Companhia realizou o cálculo do ajuste a valor presente para os ativos e passivos.

Para o exercício de 2024, a Companhia manteve o cálculo do ajuste a valor presente para as contas a receber de clientes a longo prazo.

Para determinar a taxa de desconto do Ajuste a Valor Presente, considerou-se o WACD (custo médio ponderado da dívida) dos empréstimos tomados.

3.11. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos fluirão para a Companhia.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes taxas de depreciação anual, as quais não tiveram alteração em relação aos períodos anteriores:

Bens	%
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Automóveis	20
Utilitários	25
Caminhões	25
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	20
Equipamentos de comunicação	10

O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.13. Provisões

As provisões somente são reconhecidas quando a uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia monitora mensalmente a evolução das margens de seus respectivos projetos e constitui provisão para perdas cuja margem acumulada apresenta negativas ao final de cada exercício.

3.14. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.15. Operações em conjunto (consórcios)

Operação em conjunto é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. As operações em conjunto são contabilizadas na proporção de cota-parte de ativos, passivos e resultado, na empresa que detém a participação.

3.16. Operações de arrendamento

A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

3.17. Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações de compras e vendas de insumos e produtos com partes relacionadas, as quais são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. Além disso, possui transações com partes relacionadas de consórcios, conforme descrito na nota 1.1.

3.18. Reforma tributária

Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar (“PLP”) 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional (“EC”) nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre bens e serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais a saúde ou ao meio ambiente, nos termos da lei complementar. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31/12/2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Contábeis da Companhia em 31/12/2024.

3.19. Novas normas contábeis

As emissões/alterações de pronunciamentos efetuados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são efetivos para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revisou alguns pronunciamentos, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis em decorrências destes pronunciamentos.

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.safeweb.com.br/porta/Validador?publicID=77eea01b-0604-4cf8-b3dc-5484a48d3915



4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, estimativas referentes principalmente ao momento do reconhecimento da receita de prestação de serviços (Nota 3.8.1). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa		
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	5	10
Depósitos bancários	226	9.250
Aplicações de liquidez imediata	50.163	82.606
	50.394	91.866

Aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias ou prontamente resgatáveis, ou seja, que possuem liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo. Com rendimento em torno de 105% do CDI.

Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	5.486	-
	5.486	-

Aplicações financeiras de longo prazo, constituem saldos investidos em CDB, mantidos como garantia, equivalentes a 20% das Cartas Fianças contratadas a fim de assegurar a execução das obras.A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes é composto por valores a receber pela execução de obras por empreitada e comercialização de produtos. Enquanto não emitidas as notas fiscais de faturamento, as medições são mantidas como serviços executados a faturar em contrapartida da receita do exercício.

Demonstramos abaixo a abertura do contas a receber de clientes da Companhia conforme segregação a seguir:

Clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços executados e faturados	14.063	57.972
Serviços executados a faturar	70.042	42.284
Total a receber bruto	84.105	100.256
(-) AVP - Ajuste a valor presente	(203)	(334)
(-) Provisão p/ perda no recebimento de créditos	(1.173)	(1.173)
Total a receber líquido	82.729	98.749

Contas a receber de clientes por vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Aging		
A vencer	80.685	98.184
Vencidas até 180 dias	2.205	134
Vencidas após 180 dias	1.215	1.938
Total	84.105	100.256

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	82.755	98.366
Ativo não circulante	1.350	1.890
	84.105	100.256

7. Estoques

A Companhia mantém como estoques os materiais que ainda não foram aplicados nas obras, sendo estes mantidos nos locais a serem aplicados ou no almoxarifado central.Os estoque em poder de terceiros são aqueles remetidos para terceiros efetuarem beneficiamento dos materiais.

	31/12/2024	31/12/2023
Estoque no Almoxarifado Central	8.867	3.744
Estoque no Almoxarifado em Consórcios	-	1.536
Estoque em poder de terceiros	90	254
	8.957	5.534

8. Estoque de imóveis a comercializar

A Companhia neste exercício iniciou as operações de incorporação imobiliária com a aplicação dos módulos produzidos pela fábrica.Os módulos fabricados pela Companhia, e que não foram aplicados a nenhuma obra, são contabilizados na conta de “Estoque de módulos acabados”. Já os módulos que estão em processo de produção, são contabilizados na conta de “ Estoque de módulos em elaboração”.

As obras de incorporação imobiliária que estão em construção, e que ainda não foram vendidas, são contabilizadas na conta de “Imóveis em construção”. Os terrenos que não foram aplicados em algum empreendimento específico, estão contabilizados como “Estoque de terrenos”.

	31/12/2024	31/12/2023
Estoque de módulos acabados	14.215	-
Estoque de módulos em elaboração	1.727	-
Imóveis em construção	14.904	1.750
Estoque de terrenos	8.011	-
	38.857	1.750

9. Outras contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores	10.725	7.995
Adiantamento a funcionários	204	150
Notas de débito a receber	411	7.614
Acordo Consórcios a receber	838	17.818
	12.178	33.577

O saldo de adiantamento a fornecedores refere-se aos valores pagos a título de exigências contratuais para efetivação da mobilização para execução de obras, tendo como vantagem comercial, eventuais reduções do custo com estes fornecedores.

Os saldos referentes a notas de débito a receber, são valores pagos pela Brasil ao Cubo, em nome dos Consórcios ao qual participa, e que estão pendentes de ressarcimento.

O saldo a receber referente acordo Consórcios, refere-se ao acordo realizado em 2022 entre as Consorciadas Brasil ao Cubo e Constremac, que prevê um valor fixo relativo ao resultado das obras. A diferença entre o resultado da obra e o resultado do acordo, é contabilizado como “outras receitas” ou “outras despesas” em contrapartida a “Acordo Consórcios a receber”.

10. Partes relacionadas

10.1. Saldos com partes relacionadas (Consórcios)

Ativo:

Parte	31/12/2024	31/12/2023
Consórcio CTCBR3 - STS14 (Bracell)	-	65.572
Consórcio CTCBR3 Itaquí	6.213	6.051
Consórcio BRI9 Santos 2 (Eldorado)	-	2.691
Consórcio CTCBR3 Cerrado	-	124.990
	6.213	199.304

Os valores relativos aos Consórcios, referem-se aos valores aportados pela Companhia, bem como à parcela dos Ativos dos Consórcios correspondente a participação da Brasil ao Cubo nas operações em conjunto.

Outras contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Notas de débito a receber	411	7.614
Acordo Consórcios a receber	838	17.818
	1.249	25.432

Os valores de notas de débito a receber e Acordo Consórcios a receber são decorrentes de operações com partes relacionadas e estão explicados na nota 9.

Passivo:

Parte	31/12/2024	31/12/2023
Consórcio CTCBR3 - STS14 (Bracell)	-	70.424
Consórcio CTCBR3 Itaquí	6.215	6.053
Consórcio BRI9 Santos 2 (Eldorado)	-	9.491
Consórcio CTCBR3 Cerrado	-	114.462
	6.215	200.430

Os valores relativos aos Consórcios, referem-se aos repasses de disponibilidades dos Consórcios para a Brasil ao Cubo, bem como à parcela dos Passivos dos Consórcios correspondente a participação da Companhia nas operações em conjunto.

A seguir apresentamos os saldos destacados referente aos negócios controlados em conjunto (Consórcios):

Saldos dos negócios em conjunto - Consórcios

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	-	43
Total ativo circulante	53	7.423
Total ativo não circulante	35	1.540
Total do passivo circulante	88	8.964
Total do passivo não circulante	-	-
Receita líquida	5.627	154.592
Custo	(15.815)	(153.554)
Lucro Operacional	(10.188)	1.037
Receitas Financeiras	14	109
Despesas Financeiras	(48)	(101)
Lucro antes dos impostos.	(10.221)	1.045
Imposto de renda e contribuição social	-	(355)
Lucro Líquido	(10.221)	690

10.2. Operações comerciais

Compras:

Parte	31/12/2024	31/12/2023
Gerdau Açominas S.A.	549	255
Gerdau Aços Longos S.A.	1.010	4.280
Dexco S.A.	2.709	161
Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.	4.195	-
	8.463	4.696

Vendas:

Parte	31/12/2024	31/12/2023
Gerdau Aços Longos S.A.	83	53
Instituto Gerdau	5.000	-
	5.083	53

Contas a pagar:

Parte	31/12/2024	31/12/2023
Gerdau Aços Longos S.A.	16	16
Dexco S.A.	54	-
Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.	4.195	-
	4.265	16

Contas a receber:

Parte	31/12/2024	31/12/2023
Gerdau Aços Longos S.A.	-	6
GTL Serviços Administrativos Mexico S.A.	-	228
	-	234

Nos exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023, a Companhia, realizou operações comerciais com empresas aos quais está relacionada, decorrente de compras de insumos e terrenos no montante de R\$ 8.463 (R\$ 4.696 em 2023), vendas de produtos e serviços no montante de R\$ 5.083 (R\$ 53 em 2023).

O saldo de contas a pagar em 31/12/2024 totaliza 4.265 (R\$ 16 em 2023) e não há saldo de contas a receber com partes relacionadas em 31/12/2024 (R\$ 234 em 2023).

10.3. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 3.458 (R\$ 3.312 em 31 de dezembro de 2023), e incluiu salários, honorários e remuneração variável.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como a Companhia não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Adicionalmente, também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamento

a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

Ativo de direito de uso	31/12/2024	31/12/2023
Prédios	4.690	2.454
(-) Depreciação Acumulada	(1.231)	(713)
	3.459	1.741
Passivos de arrendamento	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	495	324
Não circulante	3.191	1.519
	3.686	1.843

b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Encargos de depreciação dos ativos de direito de uso	31/12/2024	31/12/2023
(-) Depreciação de prédios	(844)	(713)
	(844)	(713)

c) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos:

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2024	2023
Saldo bruto		
Saldo em 01 de janeiro	1.741	-
Adições	2.562	2.454
Despesa de depreciação	(844)	(713)
Saldo em 31 de dezembro	3.459	1.741

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2024	2023
Saldo bruto		
Saldo em 01 de janeiro	1.843	-
Juros provisionados	403	277
Juros pagos	(403)	(277)
Adição por novos contratos	2.562	2.455
Pagamentos	(719)	(612)
Saldo em 31 de dezembro	3.686	1.843

Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado financeiro nacional, onde em 31/12/2024 e 31/12/2023 considerou-se a taxa de 13,49% a.a.

Vencimento dos arrendamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Menos de 1 ano	495	324
Entre 1 e 2 anos	1.200	784
Entre 2 e 5 anos	898	735
Acima de 5 anos	1.093	-
	3.686	1.843

12. Imobilizado

	Instalações, móveis e utensílios	Máquinas, equipamentos e veículos	Equipamentos de informática e comunicação	Construção em Andamento	Outras Beneficiárias	Total
Custo						
Saldo em 01 de janeiro de 2023	2.276	4.188	1.112	700	794	9.070
Aquisições	2.158	8.654	401	1.186	44	12.443
Baixas	(609)	(104)	(311)	-	-	(1.011)
Transferências	-	-	-	(267)	-	-
Saldo em 31 de dezembro em 2023	3.825	12.738	1.482	1.619	838	20.502
Aquisições	474	2.783	64	4.454	-	7.775
Baixas	(309)	(361)	(262)	-	-	(932)
Transferências	337	1.151	-	(1.488)	-	-
Saldo em 31 de dezembro em 2024	4.327	16.511	1.284	4.585	838	27.545
Depreciação						
Saldo em 01de janeiro de 2023	(289)	(1.555)	(293)	-	(51)	(2.188)
Depreciação	(285)	(1.746)	(286)	-	(127)	(2.444)
Baixas	65	33	3	-	-	99
Saldo em 31 de dezembro em 2023	(489)	(3.278)	(558)	-	(178)	(4.503)
Depreciações	(443)	(2.607)	(270)	-	(133)	(3.453)
Baixas	45	34	110	-	-	189
Transferências	-	(2)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro em 2024	(887)	(5.853)	(718)	-	(311)	(7.769)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31 de dezembro em 2023	3.336	9.490	924	1.619	660	15.999
Saldo em 31 de dezembro em 2024	3.442	10.658	566	4.585	527	19.778

Garantia

Nenhum dos bens está como garantia de operações financeiras.

Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2024, apesar da companhia ter apresentado redução no lucro bruto e resultado negativo, tais eventos não impactaram na redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

13. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	9.942	15.863
Não Circulante	4.195	-
	14.137	15.863

Em “Fornecedores” a Companhia apresenta os saldos a pagar oriundos de aquisições de bens e serviços no mercado doméstico onde a Companhia opera. Para este exercício não foram realizadas operações de risco sacado. Os saldos no Passivo não circulante são aqueles com vencimento a longo prazo.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e encargos a pagar	2.593	5.728
Férias e encargos a pagar	2.100	3.021
Tributos retidos a recolher	79	197
	4.772	8.946

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=77eea01b-0604-4cf8-b3dc-5484a48d3915



15. Obrigações tributárias			20. Custos dos serviços prestados por natureza			24. Impostos sobre o Lucro		
	31/12/2024	31/12/2023					31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recolher	-	87	Os custos dos serviços prestados, por natureza, estão demonstrados da seguinte maneira:			Resultado antes do IRPJ e CSLL	(14.354)	53.429
Contribuição Social a recolher	-	174				(+) Adições		
PIS a recolher	99	256	Custos por natureza	31/12/2024	31/12/2023	(+) Despesas não dedutíveis	8	3
COFINS a recolher	465	1.192	Mão de obra direta e serviços de terceiros	122.330	146.556	(+) Doações	34	57
ISS	102	121	Materiais aplicados e custos gerais dos serviços	79.466	121.529	(+) Multas	61	71
Tributos retidos	437	601	Outros custos diretos	1.858	6.082	(+) Custos não dedutíveis	19	2.114
Tributos parcelados	-	6	Mão de obra e serviços de terceiros indiretos	13.416	22.510	(+) Encargos de depreciação - arrendamento	845	713
Outros	-	3	Material, equipamentos e custos gerais indiretos	2.314	11.465	(+) Despesa de juros - arrendamento	403	277
	1.103	2.440	Outros custos indiretos	4.324	9.128	(=) Total de adições	1.370	3.235
				223.708	317.270	(-) Exclusões		
Circulante	1.103	2.440				(-) Juros sobre o capital próprio	-	(9.013)
Não circulante	-	-				(-) Reversão de provisão não dedutível	(4.221)	-
	1.103	2.440				(-) Receita Financeira AVP	(131)	(164)
						(-) Lucros não sujeitos a tributação	(73)	(75)
						(-) Lei do Bem	-	(1.700)
						(-) Arrendamento mercantil	(1.121)	(889)
						(=) Total de exclusões	(5.546)	(11.841)
						(=) Lucro Real/Base de Cálculo Negativa	(18.530)	44.823
						CSLL		
						CSLL (9%)	-	4.034
						IRPJ		
						IRPJ (15%)	-	6.724
						IRPJ (Adicional de 10%)	-	4.458
						(-) Incentivos fiscais (PAT)	-	(269)
						(=) Total IRPJ	-	10.913
						TOTAL IRPJ e CSLL	-	14.947
						A alíquota de imposto média ponderada aplicável a Companhia é de 0% (33% em 2023).		
						25. Instrumentos financeiros		
						25.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros		
						A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.		
						25.2. Política de gestão de riscos financeiros		
						A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira.		
						A Diretoria da Companhia examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.		
						25.3. Risco de liquidez		
						É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.		
						25.4. Risco de mercado		
						O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia ter redução de demanda por fatores econômicos, bem como aumento dos custos de materiais aplicados.		
						26. Seguros		
						A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.		
						Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:		
						Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
						Frota	Casco / RCF-V / Carta Verde / Acidentes pessoais por passageiro	19.680
						Obras	Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil Obras	224.649
						Obras	Fiel cumprimento/Executante Construtor, retenção de pagamento e adiantamento de pagamento	39.744
						Vida	Seguro de vida em grupo	97.930

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Ricardo Nunes Mateus

Conselheiros
Daniel Lopes Franco
Elder Rapachi
Rodrigo Cardoso Botan
Victor Chaves Henriques

Contador
Cleber Formentin da Silva
CRC/SC 017904/O
CPF 915.692.069-53

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=77eea01b-0604-4cf8-b3dc-5484a48d3915

RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=77eea01b-0604-4cf8-b3dc-5484a48d3915>

Chave de acesso: 77eea01b-0604-4cf8-b3dc-5484a48d3915



Hash do documento

ff255bd7fbdc7d72828214e0ed5b4dba2ddcad544ff4338788dd9b9ca6b899a5

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 25-04-2025, com o(s) seguinte(s) participante(s):

HORA CERTA NOTÍCIAS LTDA - 30.954.422/0001-67 em 25/04/2025 09:14:41 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: direcao@hcnoticias.com.br

Geolocalização: Latitude: -28.485706078324423 Longitude: -49.00807411781125

IP: 177.74.73.52

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.

